



umanitas

74

**A PERSPETIVA POLEMOLÓGICA QUINHENTISTA
DA ARENGA MILITAR**

**THE POLEMOLOGICAL PERSPECTIVE OF SIXTEENTH CENTURY
MILITARY HARANGUE**

LUÍS HENRIQUES

luduvicus.m@gmail.com

Instituto Politécnico de Portalegre

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0003-2237-6220>

Artigo recebido a 11-05-2018 e aprovado a 09-01-2019

Resumo

Na Antiguidade, os grandes generais viram na exortação das tropas um poderoso aliado contra o inimigo, como o comprovam os tratados militares de Onassandro ou Vegécio. Pelas suas qualidades impressivas, os historiógrafos greco-romanos inseriram a arenga militar nos seus relatos, reelaborando-a retoricamente, num tempo em que a historiografia se aproximou da retórica. Em pleno século do Renascimento, tempo marcado pela pirobalística e pela crescente profissionalização dos exércitos, os tratados militares coevos continuam a propor aos comandos militares o recurso à exortação e à motivação das tropas. Se assinalar este facto já seria importante, a verdade é que a perspetiva polemológica militar quinhentista da arenga militar surge enriquecida com os contextos de pronúncia e os *topoi* retóricos consagrados pela tradição literária clássica. Assim, neste artigo e de forma transversal, identificamos os tópicos retóricos que os tratados militares escritos por Maquiavel, Fernando Oliveira e Scarion de Pavia prescrevem aos generais antes ou durante uma batalha, inserindo-os na respetiva filiação retórico-historiográfica. Procuraremos demonstrar que a arenga militar, nestes tratados, estará, nos tópicos e nos contextos de pronúncia, mais comprometida com a historiografia clássica

do que com a coeva tratadística antiga. Originária do meio castrense, reelaborada retoricamente no silêncio do gabinete do historiógrafo, regressa, no século XVI, ao seu ambiente original, enriquecida e adaptada a diferentes contextos bélicos. É um estudo inédito da importância que a arte militar do século XVI conferia ainda à pronúncia de uma arenga militar, como forma de galvanização dos soldados para a guerra.

Palavras-chave: arte militar; retórica; arenga militar; século XVI.

Abstract

In Antiquity, the great generals saw in the exhortation of the troops a powerful ally against the enemy, as evidenced by the military treaties of Onasander or Vegecy. Because of their impressive qualities, Greek-Roman historiographers inserted military harangue into their accounts, rhetorically reworking it, at a time when historiography approached rhetoric. In the midst of the Renaissance, a time marked by pyrobalism and the increasing professionalization of armies, military treaties continue to propose military commands to appeal to the exhortation and motivation of troops. If we point out this fact would be important, the truth is that the military polemological perspective of military harangue comes enriched with the contexts of pronúncia and the rhetoric *topoi* enshrined in the classical literary tradition. Thus, in this article and in a transversal way, we identify the rhetorical topics that the military treaties written by Machiavelli, Fernando Oliveira and Scarion de Pavia prescribe to the generals before or during a battle, inserting them in their rhetorical-historiographic affiliation. We will try to demonstrate that the military harangue in these treatises will be more committed to classical historiography than to the old treatise, in the topics and contexts of pronúncia. Originally from the military milieu, re-elaborated rhetorically in the silence of the historiographer's office, it returns in the sixteenth century to its original environment, enriched and adapted to different war contexts. It is, in short, an unpublished study of the importance that military art of the sixteenth century still conferred on the pronúncia of a military harangue, as a way of galvanizing soldiers into war.

Keywords: military art; rhetoric; military harangue; 16th century.

1. A perspectiva polemológica da arenga militar na Antiguidade.

Alexandre, além das suas reconhecidas qualidades de comando, “possuía claramente o tão invejado dom da oratória e num grau superior”¹. De acordo com Quinto Cúrcio, Arriano e mesmo Plutarco, Alexandre tinha

¹ Keegan 2009: 79.

o costume de discursar perante os seus soldados, quer em momentos de paz, quer, sobretudo, nos antecedentes de uma batalha decisiva. Alguns desses discursos causam ainda comoção, como aquela *epipolesis* – isto é, um discurso proferido em movimento, enquanto se passa revista às tropas – que levou a cabo antes da Batalha de Isso:

(...) before the battle of Issus, Trogus (Justin), Curtius, Plutarch, and Arrian coincide in presenting Alexander carrying out an *epipolesis* (T4) or “review of the troops.” Thus, in Justin’s (Trogus) and Curtius accounts, the king moves in and out of the lines of soldiers using different arguments depending on their status and ethnic background. (...) Evidently, these historians chose, at this decisive moment, to present a type of pre-battle speech reminiscent of the Homeric poems which allowed them to portray the protagonist as a paradigmatic general.²

Consoante a circunstância, Alexandre modelava o seu discurso tanto do ponto de vista da seleção dos tópicos retóricos, quer do ponto de vista do auditório, discursando por vezes diante de todo o exército sem formatura (T2) ou numa posição fixa à frente das linhas do exército (T3), podendo ainda proferir a *parainesis* restritivamente perante as chefias intermédias (T1)³. Neste último caso, a essência do discurso de Alexandre seria transmitida ao restante corpo militar pela cadeia de comando.

Podemos pensar que essa prática oratória derivaria, possivelmente, do facto de Alexandre admirar os heróis da *Íliada*, livro que o acompanhava nas suas campanhas militares. Com efeito, na obra de Homero, vários são os guerreiros que usam a arte oratória para influírem no ânimo dos seus soldados, cujo exemplo paradigmático é a longa *epipolesis* de Agamémnon no canto 4. Por outro lado, na Antiguidade, o ideal do ótimo general estava não só associado à tomada de decisões estratégicas, como profundamente relacionado com a aptidão oratória⁴ e com a capacidade de inspirar soldados, num momento tão decisivo como era uma batalha. Ora, Alexandre possuía as duas habilidades e, em face disso, é hoje, como fora no passado, considerado um dos mais extraordinários generais.

² Iglesias Zoido 2010: 223-224.

³ Sobre a tipologia de discursos militares proposta por Tucídides e imitada pelos historiógrafos seguintes, veja-se Iglesias Zoido 2008 e 2010. Especificamente, sobre a receção deste modelo pela historiografia latina, veja-se Harto Trujillo 2008.

⁴ Iglesias Zoido 2010: 219.

Ainda que de forma pouco sistematizada, vários foram os tratados militares que, desde a Antiguidade até ao Renascimento relevaram o domínio da oratória por parte dos generais. Em 2007, Paniagua Aguilar, em artigo de fundo, apresentou uma análise das prescrições da arenga militar presentes nos tratados militares gregos e latinos, cujas linhas, em seguida, apresentaremos de forma breve.

Como nota prévia, há desde logo a assinalar que a arenga militar não colhe a atenção da maior parte da tradição literária técnica que hoje é conhecida, sendo o seu protagonismo, do ponto de vista percetivo, exclusivo dos tratados *Strategikos* de Onassandro e da *Epitoma rei militaris*, composta nos finais do século IV, por Publius Vegetius Renatus ou Vegécio, e, em menor grau, dos *Strategemata* de Frontino e dos *Strategika* Polieno⁵.

Estes tratados, de modo transversal, defendem que a pronunção da arenga militar é uma atribuição do general. Tal como o orador, no plano civil, se dirige aos cidadãos com uma determinada finalidade, do mesmo modo é ao general que cabe arengar aos seus soldados, para os despertar e estimular animicamente. Por isso, tal como o político deve qualidades oratórias para captar a benevolência dos seus concidadãos no governo da *res publica*, não menos as deverá ter o general para ter sucesso no comando do exército.

Em segundo lugar, sobretudo em Onassandro e Vegécio e tendo em conta os seus objetivos retóricos, a arenga militar deverá ter lugar em dois momentos determinantes em cenário de guerra: antes e depois de uma batalha.

Neste sentido, a arenga militar deve ser um procedimento que, tal como outros que constam do protocolo militar, deverá ocorrer, preferencialmente, nos prolegómenos de um combate, a fim de conduzir o ânimo dos soldados para os aspetos positivos que sempre advêm de uma vitória, como a honra ou o saque, da mesma maneira que tenderá a dissuadi-los do medo e da fuga precipitada, tantas vezes dizimadores da coesão de um exército. Concorre para a assertividade e bom sucesso deste discurso, o recurso ao *topos* retórico do *bellum iustum*, dado que legitima a ação bélica que os soldados se preparam para encetar, colhendo, assim, o favor divino, e reforçando a credibilidade do general junto das tropas.

Já a arenga proferida depois de um revés tem uma finalidade consolatória e reparadora. Como a medicina tem o propósito de recuperar o corpo das feridas, também a arenga, neste contexto de desânimo, procurará restaurar o

⁵ Cf. Paniagua Aguilar 2007: 2.

ânimo dos soldados para que retomem as armas, de tal maneira que, livres de temores e investidos de confiança, se aparelhem para a próxima contenda.

Por último, pela sua capacidade estimuladora, os tratados clássicos defendem que, em todo o caso, a arenga militar tem uma aplicação em qualquer cenário de guerra, quer antes ou depois, como durante um combate, quando a situação por que passam os soldados é de grande aperto, já que a pronúncia de uma arenga por parte do general, neste contexto, poderá desequilibrar o fiel da balança para a vitória⁶.

Estas são, brevemente, algumas das passagens mais impressionantes em que a arenga militar se torna relevante na teoria polemológica grecolatina destacadas no trabalho de Paniagua Aguilar.

Sobre a tratadística da Idade Média, há o estudo amplamente citado de Bliese (1994), cujas linhas gerais estão sabiamente condensadas nas palavras de Chaparro Gómez, que, de uma forma elegante e sábia, sintetizam a atenção dispensada pela tratadística militar antiga e medieval à arenga:

Los manuales militares no son, desde luego, tratados de retórica; por ello, no puede sorprender que no aparezca en ellos una teoría sistemáticamente elaborada sobre el contenido tópico de esos discursos militares; lo que hay son instrucciones o consejos, mediante los cuales se adivina el importante papel que juega en esos momentos la retórica. Los autores de los manuales de guerra no vieron la necesidad de crear un *corpus* retórico, independiente y sistemático, para el campo de batalla. Ellos escribían con un propósito eminentemente práctico y nada teórico; ganar la guerra. Sin embargo, dentro de ese contexto, la retórica se introdujo como un factor importante, un elemento que podía jugar un papel decisivo a la hora de aumentar las posibilidades de victoria en el combate.⁷

2. A perspetiva polemológica da arenga militar no Renascimento.

Passaremos de seguida a concentrar a nossa atenção naqueles tratados político-militares que, produzidos no Renascimento, renovaram a arenga militar que contava já com uma longa tradição retórico-historiográfica, ajustando-a a um novo quadro ideológico que a emergência dos estados modernos requeria, tempo igualmente de afirmação da supremacia da artilharia e da profissionalização dos exércitos que conduziram à globalização

⁶ Cf. Paniagua Aguilar 2007: 20-22.

⁷ Chaparro Gómez 2008: 407.

da guerra. Assim, no século XVI, focar-nos-emos, primeiramente, em duas obras de Maquiavel, a *Arte da guerra* e os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, obras importantes na formação e conceção do estado moderno. Passaremos depois a dois outros importantes tratados militares impressos em Portugal, a *Arte da guerra do mar* do Pe. Fernando Oliveira, bem como a *Doctrina militar* do italiano Bartolomeu Scaron de Pavia que relevam o domínio da retórica em ambiente castrense.

2.1. Tratados de Nicolau Maquiavel.

Especial atenção requerem duas obras fundamentais na renovação das teorias políticas e militares que conduziram à formação do estado moderno, *A arte da guerra* e os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio* de Nicolau Maquiavel (1469-1527). Os conceitos maquiavélicos de ordenamento social, governação do estado e estratégia militar surgiram numa altura em que a Itália se encontrava em rutura com os cânones medievais e via em Roma o modelo organizacional a imitar. Embora estas obras de Maquiavel só recentemente tenham sido traduzidas para a língua portuguesa, o pensamento do florentino era seguramente conhecido em Portugal no século XVI, porque sempre houve uma intensa circulação de universitários, agentes financeiros e eclesiásticos entre as cidades italianas e Portugal. O próprio Damião de Góis frequentou a universidade de Pádua entre 1534-1538. Um dos testemunhos irrefutáveis de que as ideias de Maquiavel aqui penetraram, encontra-se nos *Tratados de nobreza civil e cristã* (1542), da autoria de um opositor contra-reformista, D. Jerónimo Osório. Osório mostra-se muito crítico de Maquiavel, denominando-o de “perverso escritor”, ou “homem ímpio”, afirmando que tem causado mal “com os seus corruptísimos escritos”⁸.

Lugar primordial na história da tratadística militar é ocupado pela *A arte da guerra* (1521). Logo no prólogo da obra, dedicada ao patricio florentino Lorenzo Strozzi, Maquiavel afirma que a sustentação de qualquer regime político e social reside na manutenção de uma milícia bem organizada. Cabe aos militares, homens que assumiram o compromisso de fidelidade à pátria, infundir o temor de Deus e o respeito pelo bem comum, por isso as instituições militares da Antiguidade foram tão honrosas. Sem pretensiosismo, contudo, escreve esta obra precisamente para os amantes da Antiguidade, acreditando que não é de todo impossível restaurar as antigas

⁸ Osório, *Tratado da nobreza cristã*, 3.2.

instituições militares e a sua conseqüente virtude. Como obra renascentista que é, apresenta, ao longo dos sete livros, um diálogo entre os protagonistas, Cosme e Fabrício, sobre a *ars* da guerra. Ora, no sumário introdutório ao Livro 4, são enunciados três tópicos a desenvolver acerca da importância da arenga no contexto militar: (1) como se alentam soldados quando não querem pelejar; (2) arengas militares; (3) o bom general deve saber falar aos soldados. Ou seja, num único livro, e de uma forma sistematizada, aparece reunida uma parte substancial da matéria precativa relativa à arenga, que se encontra dispersa tanto pelos tratados retóricos como pelos militares. Assim, já no final desse mesmo livro⁹, para Fabrício, a pronúncia de uma arenga deve ser produzida quando os soldados estiverem pouco dispostos a lutar. O objetivo da alocução, neste caso, é o de que sejam exortados para o combate. Tendo em conta esse contexto preciso, a arenga deverá iniciar-se pelo tópico mais apto para o efeito – a honra: aos soldados, deve dizer-se frases ofensivas e ultrajantes, ao ponto de se afirmar que estão de conluio com o inimigo e que mesmo uma parte deles já se vendeu. Deve reprovar-se-lhes – com indignação – a cobardia, dizendo-se-lhes que se não pretenderem seguir o general, irão eles mesmos, sozinhos, enfrentar o inimigo, sem a voz de comando. E tal como os tratadistas anteriores já haviam sublinhado, o general deve acompanhar a alocução de ações persuasivas, como acampar junto dos inimigos, porque o que se vê diariamente com facilidade se deprecia, ou ainda, o general deverá impedir que os soldados tenham acesso ao saque sem que a guerra esteja terminada, pois assim pelejam com tal ardor como se fosse para salvar a própria vida.

Interessante é o raciocínio desenvolvido pelo narrador maquiavélico – Fabrício – quando responde à questão do seu interlocutor de circunstância – Zanobi – se uma arenga deve ter como alvo todo o exército ou dirigida só aos chefes. Fácil – declara – é persuadir poucos, basta o general exercer a sua autoridade. Difícil, contudo, é convencer uma multidão a abandonar uma ideia perniciosa e contrária ao bem comum e à vontade do general. Se tal suceder, só há uma solução possível: o general deve usar da palavra e arengar à totalidade do exército, todos os soldados devem ouvir para todos serem convencidos. De forma que para que tal seja exequível, há uma condição necessária: o general deve ter capacidades oratórias, aliás, sem elas – assegura Fabrício – não se fará nada de útil. Para fundamentar esta posição, recorre ao *exemplum* histórico. Foi graças a constantes arengas

⁹ Maquiavel, *A arte da guerra*, 4.143.

dirigidas a todo o exército que Alexandre Magno conseguiu que os seus soldados, já enriquecidos pelo saque, o seguissem pela Arábia e pela Índia, sujeitos a enormes fadigas e perigos. Nenhum dos tratadistas anteriores chegara ao ponto de sobrevalorizar tanto o papel da arenga, como o faz Maquiavel sob a voz de Fabrício, declarando que muitas vezes sobrevém a ruína a um exército porque o general ou não sabe ou não lhe costuma arengar. O florentino parece atribuir, em contexto de guerra, maior gravidade às palavras do que mesmo às armas, porque:

(...) as palavras afastam os temores, levantam o moral, reforçam a obstinação, desfazem enganos, prometem prémios, mostram os perigos e a forma de os superar, repreendem, imploram, ameaçam, encham de esperança, louvam vituperam e fazem todas aquelas coisas pelas quais as paixões humanas se apagam ou se atizam.¹⁰

Por isso, completa o seu raciocínio, todo o Príncipe ou República que pretenda reunir uma nova milícia e assegurar a sua reputação, deverá habituar os soldados a ouvir as arengas do general ao mesmo tempo que este há de saber pronunciá-las.

Encerra o Livro 4, apontando dois tópicos argumentativos que podem concorrer para a persuasão dos soldados: assim, o general deve empregar todos os recursos que tiver ao alcance para depreciar o valor do adversário, para criar confiança nos seus homens; adicionalmente, Fabrício, ou Maquiavel, realça o *topos* que considera o mais eficaz na mobilização dos soldados para a guerra: não existe outra esperança de salvação que não seja a vitória. De facto, pode haver muitas razões que forcem a combater com bravura, como a confiança no armamento, a organização, as vitórias recentes, a fama e o valor do general, o amor à pátria, ou o apelo dos benefícios, contudo nenhuma é tão poderosa como aquela que obrigue os soldados a vencer ou morrer. Sabemos que este é o tópico favorito de Maquiavel e a ele se refere com insistência nos *Discursos*, como observaremos adiante.

Como acabámos de ver, nenhum dos tratados anteriores havia dado tanta atenção e importância ao papel da arenga no contexto militar. Para Maquiavel, a arenga deve integrar, como o treino, a praxis militar, uma vez que a mesma pode evitar a ruína de um exército, pois, tão poderosas como as armas são as palavras, porque atingem o recôndito do ânimo dos

¹⁰ Maquiavel, *A arte da guerra*, 4.145.

soldados, contribuindo para a erradicação de uma ideia nefasta ao bem comum. Por isso, é condição necessária de um bom general que as saiba pronunciar, aliás, aos grandes generais não minguou nem a eloquência, nem o costume de arengar aos soldados, a todos e cada um dos soldados e não apenas aos chefes subalternos. Para Maquiavel, a arenga tem sobretudo uma função exortativa, e o tópico mais eficaz na consecução desse objetivo é aquele que retira aos soldados qualquer outra esperança de sobrevivência que não seja a vitória: vencer ou morrer.

A arenga volta a ter protagonismo na maior obra política de Maquiavel, os *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*, impressa em 1532, a primeira obra-prima da historiografia moderna, segundo a opinião de alguns estudiosos¹¹. Tendo como ponto de partida os legados historiográficos de Tito Lívio, Tácito, Cícero, Salústio, Tucídides entre outros, a imitação da República de Roma por Florença é uma verdadeira aspiração para o autor. Tal imitação não deve acabar nas belas artes, mas atingir também a estruturação social, a política e o modo de fazer a guerra¹². A obra encontra-se plasmada em três livros, sendo o terceiro aquele que capta aqui a nossa atenção; Maquiavel destaca aí os notáveis homens da História e analisa a dissolução e a decadência da República Romana, estabelecendo um paralelo com semelhante situação vivida por Florença e por outros estados europeus. Ora, no capítulo 12, intitulado “De como um capitão prudente deve inculcar nos seus soldados a necessidade de combater e tirá-la aos inimigos”¹³, o tratadista retoma a ideia já amplamente tratada n’ *A arte da guerra* de que a capacidade de exortação do capitão pode conduzir um exército à vitória, por mais remota que ela se apresente. Uma vez mais, também, o florentino volta a eleger o tópico do *necessarium* como o mais eficaz na exortação dos soldados para a vitória. Efetivamente, a assunção pelos soldados de que é na vitória que reside a salvação é capaz de os levar a vitórias impossíveis. Tito Lívio – afirma Maquiavel – denominava-o *ultimum ac maximum telum*, pois, em extrema necessidade, o capitão deve inculcar nos soldados que ou vencem ou morrem. Com efeito, não fora o apelo da necessidade, nem as mãos, nem a língua humanas teriam obrado as grandezas que se conhecem, por isso, os antigos capitães sempre exploraram este tópico junto dos seus exércitos. Um capitão – adianta – quer ofensiva, quer defensivamente, se

¹¹ Cf. Martelo 2010: 19.

¹² Cf. Martelo 2010: 25.

¹³ Maquiavel, *Discursos*, 3.12.295.

quiser que as suas tropas combatam com ardor, “acima de qualquer coisa”, deve espertar-lhes no peito as labaredas da necessidade. Inversamente, o capitão deve procurar que os inimigos se alheiem de tal necessidade, para baixarem a guarda e mais facilmente se deixarem conquistar, nem que para isso, tenha de se socorrer da insídia e de promessas vãs. Apresenta, como é hábito na sua argumentação, vários *exempla* históricos que testemunham esta ideologia, como é o caso de Cláudio Pôncio, capitão do exército samnita, que embora tendo pedido a paz aos romanos, na sequência de roubos e pilhagens nos campos dos aliados de Roma, viu as suas pretensões recusadas, de forma que se preparou para a guerra porque a necessidade impunha-lhe tal destino, e por isso, pronunciou a seguinte arenga: *iustum est bellum quibus necessarium, et pia arma quibus nisi in armis spes est*. E sobre a necessidade edificou a esperança na vitória. Heroico é pois o caso do exército dos volscos cujo capitão, subitamente cercado por dois exércitos romanos, reparou que ou abriam caminho à espada ou morriam, pronunciou a seguinte arenga: *ite mecum; non murus nec vallum, armati armatis obstant; virtute pares, quae ultimum ac maximum telum est, necessitate superiores estis*¹⁴.

Deste capítulo, retiramos pelo menos três linhas de força: (1) o sucesso de um exército depende em grande medida da argúcia do seu general; (2) a arenga, para Maquiavel, é definitivamente uma poderosa arma de guerra, tão determinante como o potencial bélico, como ficou provado à luz de vários exemplos históricos; (3) de entre todos os tópicos retóricos que podem constar de uma arenga, o tópico da necessidade supera a força persuasiva de todos, capaz de abrir caminho para a vitória quando o cenário envolvente faz adivinhar a humilhante derrota. Por isso é designado por *ultimum ac maximum telum*. Em suma, de uma forma sistematizada e doutrinária, Maquiavel enaltece o valor retórico e pragmático no contexto militar, como nenhum dos anteriores tratadistas o havia realizado.

2.2. Arte da guerra do mar e Doutrina militar.

Em 1555, sai dos prelos em Coimbra, uma obra pioneira em assuntos de natureza naval, focalizada no campo da estratégia: trata-se da *Arte da guerra do mar* do Pe. Fernando Oliveira. No prólogo, Fernando Oliveira apresenta a razão que o levou a escrever este tratado dedicado aos portugueses, pois é do mar que têm retirado o lucro, o poder e a glória, mas

¹⁴ Maquiavel, *Discursos*, 3.12.298.

adverte que correm o risco de perder tudo “se o não conservarem cõ esta guerra, cõ que seus contrayros lho podem tirar”. Oliveira tem consciência do pioneirismo da sua *Arte*, declarando não ter conhecimento de escritor ou documento acerca da guerra do mar, “soamente Vegecio cousa pouca”.

Para o estudo concreto da arenga, interessa focalizarmo-nos na 2.^a parte do tratado de Oliveira, que “trata das frotas armadas, e das batalhas maritimas, e seus ardijs”, especificamente o capítulo 10, “Das batalhas do mar e alguns ardis necessarios nellas”¹⁵. Abre o capítulo de uma forma sublime, afirmando que a batalha do mar é a mais terrível de todas, porque nela se juntam num único momento as duas coisas que mais aterram a humanidade: a guerra e o mar.

Antes, porém, de iniciar a batalha, aconselha que o capitão “escoldrinhe” bem a vontade que a sua gente tem de pelejar e se sentir desconfiança e frieza em alguns, deve afastá-los dos restantes para não transmitirem a cobardia aos demais. Ou, em alternativa, faça-lhes uma “fala”. Eis pois, para Oliveira, o contexto ideal em que deve ser proferida uma arenga: sempre que os militares estiverem receosos e pouco motivados para a batalha, o capitão deve pronunciar-lhes uma arenga, em que, adianta, os “amoeste do que lhe cumpre fazer”¹⁶. Para exortar os soldados, o capitão tem ao seu dispor uma série de tópicos argumentativos já consagrados por uma longa tradição histórico-retórica e que podem enformar o conteúdo da fala, da arenga. Deste modo, Fernando Oliveira, num fôlego, apresenta todos os tópicos argumentativos denominados pelos rétores da historiografia grecolatina como *telika kefalalaia* ou *capitula finalia*, que se organizam em torno de quatro grandes núcleos argumentativos: assim o general-orador há de demonstrar que a ação que pretende levar a cabo é justa (*dikaion / iustum*), é útil (*sunpheron / utile*) uma vez que satisfaz os interesses do estado e até os individuais, é possível (*dunaton / possibile*) de ser realizada, além de ser honrosa (*endoxon / dignum*). A estes quatro, pode ainda acrescentar-se um tópico muito frequente na historiografia grecolatina, que adverte para as nefastas consequências da derrota (*ekbesomenon*). Como veremos de seguida, trata-se do mais completo repositório de tópicos retóricos de que temos notícia e que, pela sua singularidade, exige uma atenção especial.

Começa o tratadista pelo tópico *utile et necessarium* – encarecer a conveniência e a necessidade, ou se quisermos a utilidade da luta, é um

¹⁵ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.115.

¹⁶ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.115.

dos tópicos fundamentais da argumentação instrutiva das arengas militares, elemento importante ligado também à planificação estratégico-tática de uma batalha ou campanha militar. Com efeito, os capitães, além de exporem o plano de atuação, devem explicar às tropas a conveniência e utilidade da contenda que estão prestes a encetar, enumerando-lhes pormenorizadamente as vantagens que dimanam tanto para o estado como para cada um dos combatentes, tal como sugere Fernando Oliveira: “lhe faça hũa fala em que os amoeste do que lhe cumpre fazer por sua saluaçam e da terra, por serviço de Deus e delrey, por sua honra e por seu proueyto (...)”¹⁷.

De seguida, o tratadista disseca pormenorizadamente o *topos facile et possibile*. Intimamente vinculado e dependente da planificação e da estratégia da batalha, encontra-se, na argumentação de uma arenga, o tópico de que a vitória é possível e está ao alcance da mão. Sendo um dos tópicos mais repetidos da historiografia grecolatina, é-o igualmente na historiografia portuguesa do século XVI. De facto, o “possível” tem uma grande expressão na retórica militar portuguesa de Quinhentos, uma vez que os capitães viam, neste tópico da esperança, uma forma de compensar a distância da pátria, a exiguidade e o isolamento a que os exércitos ou armadas portuguesas estavam votados. Era necessário inculcar nos soldados que, apesar de todas as dificuldades, um punhado de homens determinados e organizados podiam vencer uma aliança de inimigos a que por vezes se juntavam também os elementos da natureza. É, também, com este tópico que são iniciadas muitas alocações militares. Deste modo, os oradores reconhecem nele um forte aliado para gerar confiança nas tropas e um poderoso antídoto para o medo instalado em determinados setores dum exército. Oliveira, homem experimentado na marinharia e profundo conhecedor das vulnerabilidades do *imperium* português, estava perfeitamente cômico de que a crença na vitória por parte dos militares portugueses poderia compensar a exiguidade de meios. Esta será uma possível explicação para que seja este o tópico retórico mais desenvolvido, como vemos:

(...) mostrelhe as oportunidades que se offerecem pera pelejar, e a facilidade para vencer, contelhes a justiça que tem por sua parte, e a sem rezam dos imigos, e digalhes quanto deuem confiar no fauor divino que he a principal ancora em que deuem escorar. Tragalhes aa memoria a fama da sua naçam,

¹⁷ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.118.

e a gloria que seus passados ganharam, as victorias que ouveram em especial contra essa gente com que ham de pelejar, notando a fraqueza delle e a couardia, e a desordem, pōdolhe diante quã vorgonhosa afronta seraa sua, faltar da virtude e valentia de seus auos deminuindo sua honra e gloria. Se os dias precedentes fez ou mandou fazer algum salto prospero tem mays ociasiam dabater nos contrayros e aleuantar os ânímos dos seus. Mas se atee entam lhe nam socedeo bem a guerra, digalhe que nam estaa sempre o demo a hũa porta e os casos da fortuna sam mudaveys, porque este he o bem que tem o mal, e o mal que tem o bem. Do mal esperamos emenda, e do bem arreceamos perda. Caimos na aduersidade passada por erros ou negligencias que nam tínhamos visto, mas despoys que jaa nisso he prouido emendar se ha a perda. Aponte aqui o porque verisimilmête ou segundo opiniam se perdeo o passado, e declare como jaa estaa melhor prouido. Se porque eram poucos os que foram desbaratados, ou nam foram a tempo ou foram descuydados.¹⁸

Desta panóplia, destacamos aqueles que são os lugares-comuns mais parenéticos, pois têm por objetivo comover o ânimo dos soldados, como é o caso da rememoração das vitórias anteriores sobre os mesmos ou outros inimigos, já que, com procedimento, o emissor passa a mensagem aos combatentes de que se venceram uma, podem vencer outra vez tais inimigos:

Tragalhes aa memoria (...) as victorias que ouveram em especial contra essa gente com que ham de pelejar, (...). Se os dias precedentes fez ou mandou fazer algum salto prospero tem mays ociasiam dabater nos contrayros e aleuantar os ânímos dos seus (...).¹⁹

Igual valor parenético possui o argumento da lembrança da gesta dos antepassados, tidos como modelos de atuação. A ideia subjacente é a de que se os antigos cometeram tais façanhas, eles, soldados, herdeiros do seu sangue e da sua *virtus*, poderão também alcançar idênticas vitórias, devendo, para o efeito, imitá-los no esforço e no empenho. Por outro lado, o orador poderá valer-se da contrapartida negativa do mesmo, uma vez que atos de pusilanimidade cobri-los-iam de vergonha e diminuiriam a glória obtida pelos antepassados, sendo, portanto, uma responsabilidade manter intacta a fama conquistada pelos maiores:

¹⁸ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.118.

¹⁹ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.118.

Tragalhes aa memoria a fama da sua naçam, e a gloria que seus passados ganharam, (...) põdolhe diante quã vorgonhosa afronta seraa sua, faltar da virtude e valentia de seus auoos deminuindo sua honra e gloria.²⁰

O *topos* retórico do *iustum* ou do *bellum iustum* tem uma importância enorme no âmbito da retórica militar, sendo essencial para o fortalecimento da confiança dos soldados, tendo alcançado, pelo efeito, ampla saliência na tradição historiográfica antiga e também medieval. De facto, ao invocar a legalidade da luta em que os soldados iam entrar, o orador contribuíra certamente para a sua galvanização, pois assim ficavam cientes de que tinham a sustentá-los o firme suporte da justiça e não estavam a ser manobrados pelos caprichos do comandante. Por outro lado, a guerra sendo justa, colhia o favor e a ajuda divina, importante para o desempenho militar no campo de batalha e igualmente decisiva para os que pusessem, já que a entrada no reino dos eleitos estaria garantido. Fernando Oliveira não olvida a carga retórica deste *topos*, porém não se estende na desmultiplicação argumentativa do mesmo: “contelhes a justiça que tem por sua parte, e a sem rezam dos imigos, e digalhes quanto deuem confiar no fauor divino que he a principal ancora em que deuem escorar.”²¹

Finalmente, e tal como fora sancionado pela tradição retórico-historiográfica do discurso militar, Fernando Oliveira encerra este longo apartado, fazendo referência aos argumentos éticos, designadamente ao *topos* do *honestum et dignum*, tópico que geralmente preenche a componente final da arenga militar – componente exortativa – momento adequado para a sua aparição, visto que é a ocasião em que cumpre ao orador apelar para a valentia, para o valoroso, para a honra dos soldados, a fim de *mouere* os soldados para o combate. Numa sociedade altamente marcada pelos valores cavaleirescos, como a honra, não surpreende que a invocação do *honestum et dignum*, enquanto tópico retórico, alcance uma enorme presença nos discursos militares. De facto, a gente de armas apreciava muito ser apelidada de valente e de valorosa, sem que herói algum lhe fizesse sombra, de tal maneira que as comédias acabaram por fazer ironia, como refere o tratadista, com esse capricho. É isso mesmo que declara Fernando Oliveira, em linguagem saborosa: um capitão, para os engodar,

²⁰ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.118.

²¹ Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.118.

deve dizer-lhes que os anteriores não eram tão valentes como eles e que daquele feito de guerra alcançarão glória:

Ou pera os engodar com hũa yguaria de que muyto gosta a gente darmas, segundo nas comedias se representa, digalhes que os desbaratados nam eram tam valentes comelles, e que delles por serem bos caualeyros e esforçados se espera emenda e recuperaçam daquela perda, e que por tanto os manda ou leua a isso, pollo muyto que delles confia, e que da tal emenda ganharam mays assinada gloria.²²

Depreende-se destas sábias palavras que a sociedade militar de Quinhentos era muito sensível aos valores da honra, da reputação, enfim da fama. Reconhecido esse valor social, não surpreende que os líderes militares recorressem a ele enquanto tópico retórico, até porque os feitos de armas eram a alavanca privilegiada para certos setores de uma nobreza secundária granjearem o estatuto social e nobiliárquico que o nascimento lhes coartava. De maneira que este tópico da fama se converteu num dos mais frequentes e importantes tópicos do panorama retórico-histórico-renascentista.

Como se observa, trata-se do mais completo repositório de tópicos retóricos de que temos conhecimento. E tal como sucedera nos anteriores tratados, para consolidar a palavra, deverá o capitão da armada juntar atos persuasivos, alguns também já consagrados, como conduzir os seus até à vista dos navios dos inimigos, para assim afastarem o receio e assim outras manhas. Com este capítulo, fica provado que Fernando Oliveira era um homem experimentado na marinharia como o revelam os poucos dados biográficos conhecidos.

Contudo, mais importante do que ter sido um experto em matérias navais, este inédito catálogo de *topoi* retóricos de âmbito militar demonstra que Fernando Oliveira era um profundo conhecedor da historiografia coeva, medieval e antiga, já que são precisamente estes os tópicos que enformam as arengas militares da historiografia grecolatina e, parcialmente, medieval. Quer dizer, Oliveira valeu-se dos seus conhecimentos historiográficos e fez transcorrer esses tópicos do universo literário para a práxis marcial, de tal maneira que a sua ordenação, sequência e distribuição assemelha-se àquela que as arengas militares, desde Tucídides, vêm apresentando:

²² Oliveira, *Arte da guerra do mar*, 2.10.118.

primeiramente, uma componente didático-instrutiva (*didache*) proveniente da oratória deliberativa, cujo objetivo é mostrar às tropas que o cenário militar que irão enfrentar lhes é favorável e promissor, ao mesmo tempo que é traçada a estratégia a executar para vencer o inimigo, evocando-se exemplos passados que podem ser vantajosos para o momento presente; a outra, a *parakeleusis*, de pendor claramente exortativo, inspirada no modelo homérico de arenga e na secção protréptica do discurso fúnebre, procura galvanizar as tropas para o combate, apelando para o honesto, para o valorosos e para o digno²³.

Se na Antiguidade, pelas suas propriedades impressivas, a arenga derivava do universo militar para o mundo literário, tendo os poetas e historiadores feito amplo deste recurso literário, em pleno século XVI, Fernando Oliveira devolve ao mundo estritamente militar um discurso que, enriquecido por uma longa tradição retórico-literária, apresenta uma paleta de *topoi* retóricos de que nenhum tratado militar prévio, de que tenhamos conhecimento, dá conta.

Um tratado militar a considerar, dum modo breve, intitula-se *Doctrina militar en la qual se trata de los principios y causas porque fue hallada en el mundo la Milicia, y como com razón y justa causa fue hallada de los hombres, y fue aprobada de Dios*. Este manual é obra de um italiano, Bartolomeu Scaron de Pavia, escrito em castelhano e publicado em Lisboa no ano de 1598. Afirma, na dedicatória ao Conde de Portalegre, que compusera a *Doctrina militar* para transmitir à milícia os seus conhecimentos de militar experiente, misturados com a sabedoria adquirida a partir da leitura de autores antigos e modernos, *como* “es Vegecio, Onasandro Platónico, el Vallo”²⁴ e outros muitos. Um pouco adiante, pormenoriza o alvo da *Doctrina* que é instruir todos os cargos militares desde o general até ao soldado mais raso. Deste ambicioso projeto, cumpre aqui falar apenas do capitão-general, exatamente pelas atribuições várias que lhe estão adstritas. Assim, no capítulo que leva o título “De las partes y calidades que deue tener el Capitan general”, Scaron decalca muitas das qualidades que constam de outros tratados anteriores, salientando-se que deve ter dotes oratórios “debe saber bien hablar, porque de esto se seguiran muchas utilidades a las cosas del gouierno de la guerra”. E acrescenta:

²³ Iglesias Zoido 2008: 246-256.

²⁴ Giovanni Baptista della Valle.

Com su buena platica animando los soldados facilmente persuadirà a cada uno dellos a que menosprecien todo peligro, y tengan atencion a la gloria y honrra de la empresa, y si fuere menester confortar los ànimos affligidos por qualquier aduersidad auenida las palabras del Capitan seran como medicina, de donde para el prouecho del exercito, y para aliuir la pena de los accidentes y aduersos casos, la buena habla y razonamiento del Capitan se deue mas dessoear que la industria, y arte de los médicos y cirujanos, los quales no tienen outro cargo si no curar las heridas, mas el Capitã cõ dulce y cortes manera de hablar conforta, y alegra en grã manera los animos debiles y affligidos, que es curar las enfermedades que estan en los pechos ocultas y escõdidas, las quales son mas difficultosas de curar, que no son aquellas que se pueden ver y tocar.²⁵

Trata-se de um belo trecho, donde sobressai o papel que o capitão general e a sua arenga podem ter no seio do exército. Dois momentos cruciais de pronúncia da arenga são identificados por Scarion: o primeiro, antes da batalha, para exortar e persuadir as tropas a menosprezar os perigos; o outro, depois de os soldados terem sofrido algum revés – é pois uma arenga consolatória. De facto, o papel do capitão supera o trabalho dos cirurgiões cuja tarefa de sarar as feridas do corpo é mais fácil de realizar, do que sanar as feridas do espírito – tarefa do capitão – que não se veem nem se podem tocar. Neste símile é clara a intertextualidade com Onassandro e Vegécio.

3. Garcia de Resende, escritor arguto e multifacetado, apercebeu-se das inovações coevas da guerra, designadamente as mudanças provocadas pelo uso generalizado da artilharia:

Por enueja, por cobiça
de reynar, fenhorear,
vijmos ordenar soyça,
artes de guerra inuentar,
que cada vez mais fe atiča :
tantos modos **dartilheiros**,
de minas fazer outeiros,
inuenções **dartelharia**,
foram mais em noitos dias
q em todos tépos primeiros.

²⁵ Scarion de Pavia, *Doctrina*, 7-8.

Non deixa de auer agora
 taes homés comos paifados;
 mas, fe fam auantajados,
 fam mortos em hua ora
 ante de fer affamados:
 que ha muita **artelharía**
 deftruy ha caualleria,
 & depois que fe vfou,
 nos homés fe nã fallou,
 como dantes fe fazia.²⁶

A introdução massiva das armas de fogo foi acompanhada por uma assinalável produção de tratados sobre a Arte Militar que vieram atualizar preceitos marciais de manejo e de uso das novas armas pirobalísticas. Um pouco por toda a Europa, Portugal não é exceção, soldados práticos publicam orientações e medidas que renovam a doutrina militar que poderemos enquadrar hoje no âmbito da ciência política, da estratégia e da organização que exigiam uma reformulação de atitudes e procedimentos de todo o corpo militar. Se alguns desses autores concatenam e sistematizam “um saber só de experiências feito” alcançado em diferentes cenários de guerra, outros houve, como são os casos de Maquiavel, Fernando Oliveira e Scarion de Pavia, que, além da experiência adquirida nos transe da guerra, possuíam uma erudição e um aturado conhecimento da historiografia antiga. Estes perceberam que num tempo em que a guerra era metodologicamente diferente, continuava a ser levada a cabo por homens dominados por emoções e por paixões. Neste sentido, compreendiam que, tal como tinham feito no passado os generais bem-sucedidos, também os generais do presente poderiam fazer pleno uso da retórica para galvanizarem as tropas para um momento difícil como aquele que envolvia o jogo da vida.

Pelo legado e influência pan-europeia, de Maquiavel, destaca-se *A arte da guerra*, já que nela, o autor adapta a moda coeva do diálogo entre personagens, a fim de imprimir dramatismo e chegar ao âmago dos leitores, que, certamente, sob a fórmula narrativa, seria mais difícil alcançar. Sob o disfarce de Fabrício, Maquiavel expõe a sua ideia de guerra, e, se bem que esta tendia para a profissionalização dos exércitos e pela asfixia económica do inimigo, evitando-se a batalha campal, na *História de Florença*, “Maquiavel é muito explícito ao afirmar que não mereciam a designação de guerras

²⁶ Resende, *Miscelânea*, 127-128.

«aquelas em que os homens não se matam, as cidades não são saqueadas, os principados não são destruídos»²⁷, defendendo ainda o *corpo a corpo* como forma principal de combate. Neste sentido, a matéria preceptiva militar, colhida na *Epitoma rei militaris* de Vegécio, nomeadamente o uso da arenga militar como forma de galvanização de um exército, continua atual como no tempo romano, sendo tratada como uma poderosa arma de combate.

Pioneiro em toda a linha foi Fernando Oliveira, não só porque escreveu um tratado sobre a guerra no mar no qual estão bem impressas não só a sua experiência nos erros marítimos, como a erudição clássica adquirida quer durante a sua formação eclesiástica quer através leituras posteriormente efetuadas cuja evidência se pode documentar tanto na *Arte da guerra do mar* como nas restantes obras que produziu. Com efeito, no capítulo aqui salientado do respetivo tratado militar, a súpula de *topoi* retóricos atestam a espessura do seu conhecimento sobre a historiografia grecolatina como o reconhecimento de que a retórica poderia desempenhar, em pleno século do Renascimento, na reanimação anímica da soldadesca, atemorizada pela vista do inimigo e pelo estrépito da artilharia.

Tudo quanto foi destacado sobre a importância da vasta retórica no seio castrense do século XVI poderá ser condensada na curta sentença de Diogo do Couto, homem de letras e também de armas: “porque o Capitão secco de palavras, e tacanho de condição, peleja contra dous exércitos, o seu, e o do inimigo”²⁸.

Bibliografia

Fontes

Couto, D. do (1777-1788), *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto: dos Feitos Que os Portugueses Fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*. Década X. Disponível em <http://purl.pt/7030> (acedido a 2/05/2018).

Maquiavel, N. (2010), *A arte da guerra*. Trad e notas de David Martelo. Lisboa: Edições Sílabo.

Maquiavel, N. (2010), *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. Estudo introdutório e notas de David Martelo. Lisboa: Edições Sílabo.

²⁷ Martelo 2010: 27.

²⁸ Couto, Ásia, 10.11.75.

- Oliveira, F. de (2008), *Arte da guerra do mar*. Introd. de António Silva Ribeiro, ed. fac-similada de Coimbra, 1555. Lisboa: Edições Setenta.
- Osório, J. (1996), *Tratados da nobreza civil e cristã*. Trad., introdução e anotações de A. Guimarães Pinto. Lisboa: INCM.
- Resende, G. de (1991), *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: INCM.
- Scarion de Pavia, B. (1598), *Doctrina militar en la qual se trata de los principios causas porque fue hallada en el mundo la milicia y como con razón y iusta causa fue hallada de los hombres y fue aprobada de Dios*. Lisboa: por Pedro Crasbeeck. Disponível em <http://purl.pt/14303> (acedido a 04/05/18).
- Vegécio, P. (2009), *Compêndio da arte militar*. Trad. de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro, prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Estudos

- Bliese, J. (1994), “Rhetoric Goes to War: The Doctrine of Ancient and Medieval Military Manuals”, *Rhetoric Society Quarterly* 25.3, 105-130.
- Chaparro Gómez, C. (2008), “La Arenga Militar en la Edad Media: Estudio de algunas crónicas hispanas”, in J. C. Iglesias Zoido (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*. Madrid: Ediciones Clásicas, 405-428.
- Harto Trujillo, M. (2008), “La Arenga Militar en la Historiografía Latina”, in J. C. Iglesias Zoido (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*. Madrid: Ediciones Clásicas, 297-317.
- Keegan, J. (2009), *A máscara do comando*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Iglesias Zoido, J. C. (2008), “Retórica e Historiografía: La Arenga Militar”, in J. C. Iglesias Zoido (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*. Madrid: Ediciones Clásicas, 19-60.
- Iglesias Zoido, J. C. (2008), “La Arenga Militar en la Historiografía Griega: El Modelo de Tucídides y sus Antecedentes Literarios y Retóricos”, in J. C. Iglesias Zoido (ed.), *Retórica e Historiografía: el discurso militar desde la Antigüedad hasta el Renacimiento*. Madrid: Ediciones Clásicas, 231-258.
- Iglesias Zoido, J. C. (2010), “The Pre-Battle Speeches of Alexander at Issus and Gaugamela”, *Greek, Roman, and Byzantine Studies* 50: 215– 241.
- Paniagua Aguilar, D. (2007), “La arenga militar desde la perspectiva de la tradición polemológica grecolatina”, *Talia Dixit* 2: 1-25.